REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO
https://doi.org/10.21747/21833958/red18a12

“Vagabunda petista”: violência política de gênero como efeito de formações sociodiscursivas

ROBERTA BEZERRA DA SILVA

silva.roberta@unemat.br

Mestranda em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil.
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).
Número do processo: 88887.995122/2024-00.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0008-9717-5291

VANESSA FABÍOLA SILVA DE FARIA

vanessafabiola@unemat.br

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil (2015).
Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-5930-2674

PALAVRAS-CHAVE:

Violência política de gênero
Representação discursiva
Análise Textual dos Discursos
Interdiscursividade
Antipetismo

ARTIGO RECEBIDO A:

04/09/2025

ARTIGO APROVADO A:

12/02/2026

Resumo: Este artigo analisa a violência política de gênero direcionada à ex-vereadora Graciele Marques dos Santos, a partir de enunciados que circularam nas redes sociais e em manifestações públicas entre 2022 e 2024, referenciando-a como “vagabunda petista”, “imundície” e “câncer”. O estudo ancora-se no quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2011), mobilizando as operações de referenciação, predicação, modificação e localização para compreender como se constroem discursivamente imagens desqualificadoras da mulher no espaço político. Os resultados mostram que tais enunciados não constituem insultos isolados, mas práticas discursivas que se articulam a formações sociodiscursivas misóginas e antipetistas, legitimando a exclusão de mulheres da esfera pública. Além disso, a análise evidencia a interdiscursividade entre discursos misóginos tradicionais, discursos de ódio contra partidos de esquerda e metáforas biomédicas de higienização social. Ao mostrar como essas práticas linguísticas naturalizam a violência e fragilizam a democracia, o artigo reforça a urgência de políticas públicas, marcos legais e contradiscursos que enfrentem a hostilidade direcionada a mulheres em cargos políticos.

“Petista slut”: gender-based political violence as an effect of socio-discursive formations

ROBERTA BEZERRA DA SILVA

silva.roberta@unemat.br

Master’s student in Letters at Universidade do Estado de Mato Grosso, Brazil.
CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) Fellow, Brazil.
Process No. 88887.995122/2024-00.
ORCiD: https://orcid.org/0009-0008-9717-5291

VANESSA FABÍOLA SILVA DE FARIA

vanessafabiola@unemat.br

PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brazil (2015).
Professor at Universidade do Estado de Mato Grosso, Brazil.
ORCiD: https://orcid.org/0000-0002-5930-2674

KEYWORDS:

Gender-based political violence
Discursive representation
Textual Discourse Analysis
Interdiscursivity
Anti-Workers’ Party discourse

ARTICLE RECEIVED ON:

09/04/2025

ARTICLE ACCEPTED ON:

02/12/2026

Abstract: This article analyzes gender-based political violence directed at former councilwoman Graciele Marques dos Santos, focusing on enunciations circulating on social media and public demonstrations between 2022 and 2024, such as “petista slut,” “filth,” and “cancer.” The study is grounded in the theoretical framework of Textual Discourse Analysis (Adam, 2011), mobilizing the operations of referentiation, predication, modification, and localization to understand how disqualifying discursive images of women in politics are constructed. Findings reveal that such expressions are not isolated insults, but discursive practices embedded in misogynistic and anti-Workers’ Party socio-discursive formations that legitimize the exclusion of women from the public sphere. Furthermore, the analysis highlights the interdiscursivity among traditional misogynistic discourses, hate speech against the left, and biomedical metaphors of social cleansing. By demonstrating how these linguistic practices naturalize violence and undermine democracy, the article emphasizes the urgency of public policies, legal frameworks, and counter discourses to confront the hostility directed at women in political positions.

Introdução

Longe de ser um fenômeno novo, a violência política de gênero assume hoje contornos alarmantes, pois, em meio à crescente polarização da vida pública e à expansão de espaços digitais que amplificam vozes e discursos, torna-se cada vez mais difícil garantir que mulheres em posições de poder possam exercer seus mandatos ou candidaturas em condições de igualdade. Essa violência se manifesta não apenas em agressões físicas ou em ameaças diretas, mas sobretudo em estratégias linguísticas que visam à desqualificação moral, intelectual e profissional, incidindo, portanto, sobre a própria possibilidade de reconhecimento da autoridade feminina no espaço político.

Dados da União Interparlamentar (2022) e da ONU Mulheres (2023) indicam que, em diferentes partes do mundo e de maneira particularmente aguda no Brasil, as agressões verbais e digitais são hoje as mais recorrentes formas de violência. Embora a legislação nacional tenha avançado com a promulgação da Lei 14.192/21, que estabelece normas para prevenir e reprimir a violência política contra a mulher, é inegável que subsistem inúmeras lacunas, já que práticas simbólicas e digitais escapam com frequência ao escopo jurídico, perpetuando um cenário de impunidade e naturalização dos ataques.

Nesse contexto, é preciso observar que a violência dirigida a mulheres petistas, como se verá ao longo deste trabalho, ganha contornos específicos, pois se articula a um duplo eixo: o da misoginia tradicional, que insiste em reduzir mulheres a corpos sexualizados, histéricos ou inaptos para a vida pública, e o do antipetismo radical, que associa o Partido dos Trabalhadores (PT) à corrupção, ao atraso e ao mal a ser extirpado, o que resulta em enunciados que operam simultaneamente a desqualificação de gênero e a exclusão ideológica. É nesse ponto que a perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Ribeiro, 2017) se revela particularmente pertinente, uma vez que possibilita compreender como gênero, ideologia partidária e contexto regional se cruzam,

intensificando o caráter excludente da violência política. No caso em análise, o fato de a ex-vereadora Graciele Marques dos Santos atuar em Sinop, cidade localizada no interior conservador de Mato Grosso[1], acrescenta uma dimensão local que não pode ser negligenciada, pois coloca a parlamentar não apenas como alvo em função de sua condição de mulher e de petista, mas também como representante de uma pauta progressista em território marcado pela hegemonia de valores sociais e culturais tradicionalmente alinhados a posturas conservadoras.

Assim, ao lançar mão do quadro teórico da Análise Textual dos Discursos (Adam, 2011), este artigo propõe examinar os mecanismos linguísticos e discursivos que, por meio de operações como a referenciação, a predicação, a modificação e a localização, constroem imagens hostis da ex-vereadora, naturalizando sua exclusão e desqualificação política. Mais do que identificar insultos isolados, importa compreender como esses enunciados, ao circularem em redes sociais e manifestações públicas, se ancoram em formações sociodiscursivas que tornam a violência inteligível e legítima para determinados grupos sociais. Tal perspectiva permite evidenciar que a prática discursiva contribui para a manutenção de estruturas de desigualdade que fragilizam a presença feminina nos espaços institucionais e, em última instância, a própria democracia.

Desse modo, partindo da compreensão de que a violência política de gênero não se reduz a manifestações episódicas de agressividade, configurando-se como prática discursiva historicamente situada, este artigo tem por objetivo analisar enunciados de violência dirigidos à ex-vereadora Graciele Marques dos Santos, no município de Sinop (MT). Busca-se evidenciar como estas manifestações se sustentam em formações sociodiscursivas que naturalizam a exclusão de mulheres do espaço político, sobretudo quando vinculadas a partidos de esquerda e a trajetórias sociais populares.

1. A fim de situar o leitor, esclarecemos que o Estado de Mato Grosso, situado na região centro-oeste brasileira, é um dos maiores produtores agropecuários do país, caracterizado por sua pujança econômica relacionada ao agronegócio e com predominância de um eleitorado fortemente conservador, tanto no que diz respeito às pautas econômicas quanto às pautas de costumes.

CC BY

Como eixo teórico-metodológico de base, mobiliza-se a Análise Textual dos Discursos, conforme proposta por Adam (2011), particularmente no que se refere às operações de análise textual e à construção da representação discursiva. No plano da problematização das formações discursivas e das condições de produção, o estudo dialoga, ainda, com contribuições de Pêcheux (1995) e Maingueneau (2015), reconhecendo as especificidades epistemológicas de cada autor, mas articulando-os naquilo que convergem quanto à historicidade, à não transparência do discurso e à sua inscrição em formações ideológicas e institucionais.

O aporte dos estudos sobre violência política de gênero, especialmente em Krook (2020) e Bardall (2020), bem como da interseccionalidade, a partir de Crenshaw (1989; 2002), Carneiro (2003) e Akotirene (2019), permite compreender como gênero, classe e posicionamento ideológico atravessam a produção e a circulação desses enunciados.

O percurso metodológico adotado é de natureza qualitativa e interpretativista, combinando a análise textual-discursiva dos enunciados, segundo as operações propostas por Adam (2011), com uma leitura interseccional das condições de produção. Organizado em quatro seções, o artigo, após esta introdução, apresenta a fundamentação teórica, em seguida expõe a metodologia e, na terceira parte, realiza a análise dos enunciados à luz do modelo teórico-metodológico adotado, concluindo, por fim, com as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados e se apontam caminhos para o enfrentamento da violência política de gênero.

1. Formação discursiva e formação sociodiscursiva: deslocamentos teóricos e implicações analíticas

A noção de formação discursiva é formulada inicialmente por Foucault (1969), em *A Arqueologia do Saber*, portanto antes e fora da conformação da Análise do Discurso francesa. Nesse quadro, os discursos são compreendidos como práticas reguladas por regras históricas de formação, que definem os objetos, conceitos e posições enunciativas possíveis em determinada conjuntura. Posteriormente, a categoria é incorporada e reformulada por Pêcheux ([1975]1995) no processo de constituição da Análise do Discurso de orientação materialista, em diálogo crítico com Foucault (1969). Ao inscrevê-la em uma teoria das formações ideológicas e das relações de classe, Pêcheux ([1975]1995) desloca o conceito, enfatizando sua articulação com o interdiscurso e com a produção de posições-sujeito determinadas historicamente.

Pêcheux ([1975]1995), por sua vez, na sua proposta de desenvolvimento da Análise do Discurso em diálogo estreito com o Marxismo e a Psicanálise, radicaliza esse entendimento ao enfatizar que as formações discursivas não apenas delimitam o campo do dizível, mas também produzem posições de sujeito, de modo que cada enunciador, ao falar, ocupa uma posição já pré-configurada pelo interdiscurso. Assim, podemos compreender que é na e pela formação discursiva que se inscrevem as palavras e os sentidos, isto é, que os sujeitos não são livres para dizer qualquer coisa, mas falam a partir de um lugar que é determinado por relações de força, por ideologias e por memórias discursivas que antecedem e excedem o ato enunciativo. Tal compreensão dialoga diretamente com aquilo que o autor denomina segunda ilusão discursiva, pela qual os sujeitos creem ser a origem de seus dizeres, quando na realidade apenas atualizam posições e sentidos já pré-construídos no interior de uma formação discursiva. Assim, a formação discursiva não deve ser entendida como um conjunto de normas externas ao discurso, mas como sua própria condição de possibilidade, aquilo

CC BY

que permite que enunciados sejam reconhecidos como inteligíveis dentro de uma conjuntura histórica específica (cf. Pêcheux, [1975]1995)[2].

Essa perspectiva será retomada e reformulada por Maingueneau (2015), que redefine a formação discursiva como um sistema de restrições de boa formação semântica, deslocamento que abre caminho para a proposta de Adam (2011), ou seja, é a partir dessa matriz foucaultiana e pecheuxtiana, que Maingueneau (2015) propõe uma redefinição da formação discursiva, entendida não apenas como um conjunto abstrato de regras, mas como um sistema de restrições semânticas que delimitam, em cada conjuntura, a especificidade de um discurso, de modo que o sujeito só pode enunciar em conformidade com tais restrições, que lhe prescrevem o campo do dizível. A formação discursiva deve ser vista, portanto, como uma instância que articula condições históricas, instituições e gêneros de discurso, determinando aquilo que, em um dado contexto, pode ser reconhecido como pertinente, legítimo ou aceitável (cf. Maingueneau, 2015). Nessa perspectiva, mais do que um limite externo, a formação discursiva funciona como princípio de regularidade que atravessa os enunciados e define suas possibilidades de sentido, mostrando que a Análise do Discurso deve necessariamente considerar tanto a historicidade do dizer quanto as formas institucionais e interacionais que o sustentam.

No quadro da Análise Textual dos Discursos (cf. Adam, 2011), o conceito é retomado sob a denominação de formação sociodiscursiva, não como simples renomeação da formação discursiva clássica, mas como deslocamento teórico que a insere num modelo no qual texto e discurso são concebidos como dimensões complementares de análise. Nessa perspectiva, a formação sociodiscursiva é definida como um conjunto de regras e restrições que delimitam o que pode ser dito em determinado contexto histórico e institucional, uma vez que tais regras se vinculam às

2. Embora partilhem a preocupação com as condições históricas de produção do dizer, as perspectivas de Foucault e Pêcheux não são epistemologicamente equivalentes. A noção será aqui mobilizada considerando-se seus deslocamentos sucessivos: de sua formulação arqueológica à sua reelaboração no interior da AD materialista e, posteriormente, à sua reinscrição na Análise Textual dos Discursos, conforme proposta por Adam.

posições de sujeito disponíveis e às condições que regulam os valores, os pontos de vista e os gêneros passíveis de circulação em cada prática discursiva.

Essa definição converge com a formulação apresentada por Charaudeau e Maingueneau (2008), que, ao retomarem a tradição da Análise do Discurso, descrevem a formação discursiva como:

> (...) uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971, p. 102 *apud* Charaudeau e Maingueneau, 2008, p. 241).

Embora Adam (2011) reformule a noção pecheuxtiana de formação discursiva ao propor o conceito de formação sociodiscursiva, deslocando o foco para a articulação entre os níveis textual, discursivo, interdiscursivo e sociodiscursivo, a crítica de Pêcheux (1995) às ilusões do sujeito permanece produtiva para compreender o funcionamento da linguagem em contextos de violência política. Isso porque, se para Adam (2011) os sentidos não são produzidos de maneira livre, mas emergem em textos que atualizam memórias discursivas e regras próprias de cada formação sociodiscursiva, em Pêcheux ([1975] 1995), a chamada ilusão nº 2 formula, em outro registro teórico, a mesma problemática, ao evidenciar que os enunciadores se percebem como origem de seus dizeres, embora apenas reatualizem sentidos pré-construídos. no interior de uma formação discursiva. A aproximação entre essas duas perspectivas nos possibilitou a compreensão de que a noção de formação sociodiscursiva, não chega a romper com a crítica ideológica de Pêcheux (1995), reconfigurando-a em uma outra chave analítica voltada para o texto e para os mecanismos linguístico-discursivos, sem que se perca de vista o fato de que todo dizer é atravessado por memórias e determinações que antecedem o sujeito.

CC BY

Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que conserva da tradição foucaultiana e pecheuxtiana a ênfase nas condições históricas de produção e com os efeitos ideológicos que delimitam o dizível, e incorpora de Maingueneau (2015) a ênfase no papel das restrições semânticas e institucionais, Adam (2011) também herda da Linguística Textual a atenção ao funcionamento interno dos textos, propondo um modelo que integra essas duas dimensões de maneira produtiva. Esta integração abre caminho para compreendermos que, ao lado dessa genealogia conceitual, o autor propõe também uma arquitetura analítica mais detalhada, composta por níveis ou planos de análise, em que se inscrevem noções como gênero discursivo, interdiscursividade, sequências textuais, responsabilidade enunciativa, orientação argumentativa e representação discursiva, que merecem ser exploradas no ponto seguinte.

É desta forma que o autor amplia o alcance do conceito de formação sociodiscursiva, inserindo-o em um sistema de níveis analíticos, textual, discursivo, interdiscursivo e sociodiscursivo, que permitem compreender como cada enunciado se organiza em sua materialidade linguística ao mesmo tempo em que reflete práticas sociais e políticas mais amplas. Situando a formação sociodiscursiva na intersecção entre texto e discurso, com foco distinto da Análise do Discurso Francesa, o autor não concebe uma separação entre texto e discurso, antes, uma sucessão de abordagens, uma vez que todas se dedicam ao estudo da linguagem em seu contexto social, como se pode observar:

> Diferentemente da ADF que visa ao discurso e tem o texto como a materialidade para investigar o discurso, seu objeto de estudo, a LT tem o texto como objeto de estudo. Seu objetivo é a compreensão da composicionalidade, das redes de sentido constituídas pelos conectivos, das operações referenciais que engendram a trama textual, enfim, da própria textualidade, ou seja, do que faz texto. (Adam, 2011, p. 61)

Segundo Emediato (2022), definir o discurso ultrapassa os limites da comunicação, pois é um fenômeno que está intrinsecamente ligado às práticas sociais e cada discurso carrega marcas de identidade, crenças, posições sociais que são influenciadas a partir de um determinado contexto. É neste sentido que o autor discute como:

> Discurso é algo que emerge de uma prática social, em forma de linguagem, carrega traços das identidades de sujeitos, das práticas e dispositivos de comunicação, de rituais e normas, de representações mentais e sociais diversas, como as ideologias, os imaginários, os estereótipos, as opiniões. (Emediato, 2022, p. 8).[3]

Comparando-se a Análise do Discurso de orientação materialista, tal como formulada por Pêcheux (1995), com a Análise Textual dos Discursos proposta por Adam (2011), observa-se que outra grande diferença repousa na mobilização do conceito de gêneros discursivos, pois para Adam (2011), a noção de gênero é relevante na distinção entre o textual e o discursivo, oferecendo um parâmetro estruturador para compreender como diferentes tipos de textos operam como atos discursivos contextualizados.

O quadro de níveis ou planos na obra de Adam (2011) apresenta a análise dos discursos como prática que se articula à compreensão dos gêneros discursivos. Nesse modelo, a investigação das práticas discursivas envolve a consideração de aspectos históricos e institucionais que as configuram enquanto gêneros de discurso. A análise não se restringe à descrição interna do texto, pois inclui a interdiscursividade, entendida como a relação entre discursos que, ao longo do tempo, participa da constituição e da estabilização desses gêneros, conforme se observa no quadro a seguir.:

3. Importa ressaltar que as perspectivas mobilizadas neste artigo não são tomadas como equivalentes nem como pertencentes a um mesmo horizonte epistemológico. A noção de formação discursiva tem origem na formulação de Foucault (1969), em um quadro arqueológico que não se inscreve na Análise do Discurso de orientação materialista. Pêcheux ([1975]1995), ao incorporá-la, a reinscreve em uma teoria das formações ideológicas, articulando-a ao interdiscurso e às relações de classe. Maingueneau (2015), por sua vez, redefine o conceito em termos de restrições de boa formação semântica, com ênfase nas condições institucionais de produção do discurso. Adam (2011), no âmbito da Análise Textual dos Discursos, desloca o foco para a articulação entre níveis textual, discursivo, interdiscursivo e sociodiscursivo, integrando a herança da Análise do Discurso e da Linguística Textual. Já Emediato (2022) contribui para a delimitação do estatuto do discurso como prática social, sem que isso implique adesão integral ao seu quadro teórico. A articulação dessas perspectivas obedece, portanto, a um critério de complementaridade analítica: de Pêcheux

CC BY

QUADRO 1 – Níveis ou planos da análise de discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61)

3. (cont.) preserva-se a crítica às ilusões do sujeito e a inscrição ideológica do dizer; de Maingueneau, a centralidade das restrições institucionais e semânticas; de Adam, a arquitetura textual-discursiva; e de Emediato, a ênfase na dimensão social do discurso. Não se trata de síntese teórica, mas de delimitação de instrumentos conceituais distintos, mobilizados conforme as exigências do objeto.

O quadro evidencia que a análise proposta por Adam (2011) não separa a materialidade textual das condições de produção do discurso, pois os gêneros em vez de aparecem como molduras externas, se apresentam como formas historicamente estabilizadas de organização do dizer, cuja

constituição depende da interdiscursividade, isto é, da relação que cada enunciado mantém com outros discursos que o antecedem e o atravessam.

Neste quadro também se desenvolve a ideia de que os textos são analisados em níveis ou planos distintos, entre os quais se encontra a representação discursiva como uma ferramenta para analisar como os discursos constroem imagens e significados de realidades sociais, pessoas e objetos de modo dinâmico e contextualmente situado. Esse conceito está embasado na ideia de que o discurso não é um reflexo neutro do mundo, mas sim uma construção ativa que organiza e negocia sentidos a partir de posicionamentos ideológicos, culturais e sociais.

A perspectiva analítica da Linguística Textual (LT) demanda a compreensão do texto como unidade de grande complexidade, cuja análise não pode ser dissociada das operações discursivas que o constituem. Ao considerar as práticas que contextualizam e atravessam esses discursos, impõe-se a necessidade de um quadro teórico capaz de "teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui o texto" (Adam, 2011, p. 63). Compreender o texto nesses termos implica reconhecer que sua materialidade organiza múltiplas camadas de significação, inscritas em práticas sociais e interdiscursivas que situam sujeitos e objetos em redes historicamente configuradas de sentido. Tais camadas não se limitam à expressão de conteúdos, pois participam da constituição de modos de ver e de dizer o mundo. Desse modo, torna-se necessário examinar as estratégias responsáveis pela produção de imagens e significados, a fim de explicitar como o texto se articula a contextos sociais e culturais específicos por meio das operações discursivas que, como se vê na sequência, sustentam a formação de representações complexas do mundo e dos sujeitos.

CC BY

A representação discursiva é constituída por diferentes operações que formam imagens complexas do mundo e dos sujeitos, organizadas principalmente por meio destas quatro subcategorias. Neste contexto é necessário considerar os componentes da representação discursiva, ou seja, os mecanismos linguísticos responsáveis pelas operações discursivas de criação de imagens mentais ou formas de representação de objetos do discurso. Entre esses recursos, Adam (2011) seleciona a referenciação, a predicação, a modificação e a localização. Iniciamos, então, a discussão destes recursos linguísticos pela referenciação, que consiste numa atividade discursiva de criação e recriação de objetos do discurso, enfatizando que, ao enunciar, os enunciadores além de identificar ou nomear objetos, também os constroem e os definem de maneiras específicas, sendo desta forma que Mondada e Dubois (2003) consideram a referenciação como uma "construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo." (Mondada; Dubois, 2003, p. 18).

Outro recurso linguístico identificado como uma unidade de análise na definição da representação discursiva é a predicação, que se refere às qualificações e atribuições feitas ao objeto discursivo. Por meio da predicação, o enunciador atribui características, valores, ou juízos de valor ao referente, estabelecendo, por exemplo, qualidades positivas, negativas ou neutras. Neves (2000) afirma que este é o mecanismo pelo qual se estabelece a relação fundamental entre sujeito e predicado, configurando o núcleo proposicional de qualquer enunciado. Além da referenciação e predicação, ainda se destacam a modificação e localização. A modificação refere-se às operações linguísticas e discursivas que alteram, qualificam ou especificam a forma como os objetos de discurso são representados, envolvendo os adjetivos e qualificações adicionais que detalham ou

intensificam as características do referente. Isso pode ocorrer por meio de intensificadores ou moderadores, que ajustam a intensidade das predicações.

Desta forma, pode-se dizer que os modificadores desempenham um papel muito importante, em termos de representação discursiva, na medida em que são mobilizados para a na criação de nuances e construção de imagens mais complexas, podendo, por exemplo, suavizar ou acentuar percepções sobre o objeto discursivo. Por fim, o último elemento definido em Adam (2011) como unidade analítica da Rd é a localização, mecanismo que trata de como o discurso situa o referente no tempo e no espaço, o que confere um sentido de contextualização ao objeto discursivo. A localização define as coordenadas temporais e espaciais, aproximando o referente de eventos específicos ou de espaços simbólico.

Embora frequentemente vistas de forma isolada em suas definições, essas unidades de análise funcionam em conjunto, ou seja, os quatro elementos que compõem as unidades de análise da representação discursiva (referenciação, predicação, modificação e localização) atuam de forma solidária para estruturar e significar o nível de representação discursiva, organizando as relações entre os elementos textuais e o mundo discursivamente construído, num trabalho de interligação dos aspectos referenciais, descritivos, qualificativos e situacionais. Em outras palavras, a referenciação estabelece os referentes discursivos, criando um elo entre o texto e os elementos do mundo ao designar, introduzir ou retomar objetos; a predicação, por sua vez, atribui características essenciais ou circunstanciais a esses referentes, delineando o que eles são ou fazem. A modificação complementa a predicação ao detalhar, restringir ou ampliar os aspectos semânticos do objeto,

contribuindo para sua especificação. Por fim, a localização situa os referentes em coordenadas temporais, espaciais ou contextuais, ancorando-os no enunciado e no interdiscurso. Juntas, essas categorias articulam o texto, produzindo objetos de discurso que são construções complexas, multifacetadas e situadas em relação ao espaço textual e ao universo discursivo.

Se na tradição francófona a noção de formação sociodiscursiva (cf. Adam, 2011) permite compreender a constituição da violência como prática significativa, a literatura internacional recente reforça sua dimensão estrutural. Krook (2020) define a violência contra mulheres na política como um fenômeno global que ameaça os fundamentos da democracia, enquanto Bardall (2020) a caracteriza como forma de violência simbólica, cujos insultos e estigmas discursivos não são incidentais, mas fulcrais na exclusão das mulheres da esfera pública. No entanto, reduzir tais práticas à variável de gênero seria insuficiente. Como já argumentava Crenshaw (1989, 2002), as mulheres experienciam a opressão de formas e níveis muito variados e que se articulam de maneira interseccional.

No contexto brasileiro, Akotirene (2019) sistematiza a noção de interseccionalidade a partir de uma perspectiva crítica que denuncia como os atravessamentos de gênero, raça e classe estruturam as desigualdades sociais. Sua leitura atualiza o quadro de Crenshaw (1989, 2002) para a realidade brasileira, oferecendo uma chave analítica para compreender como ataques políticos a mulheres negras ou de origem popular não podem ser reduzidos a apenas uma categoria de opressão. Da mesma forma Carneiro (2003) ressalta que raça, classe e gênero não podem ser isolados, pois funcionam de forma imbricada, de modo que ataques como "vagabunda petista" não apenas

marcam o corpo feminino, mas também o atravessam com sentidos de origem social, posição política e pertencimento de classe.

2. O percurso metodológico

A presente pesquisa inscreve-se no campo dos estudos qualitativos, de caráter documental e bibliográfico, uma vez que analisa enunciados coletados em redes sociais digitais e manifestações públicas, interpretando-os à luz de referenciais teóricos da Análise Textual dos Discursos (ATD). O corpus é constituído por três enunciados direcionados à ex-vereadora Graciele Marques dos Santos: 1) "vagabunda petista", proferido durante um protesto em 30 de outubro de 2022 na BR-163 (Sinop/MT) e registrado em vídeo publicado no Instagram da própria vereadora; 2) "essa imundície não se cria em terra que o povo trabalha" e 3) "livrarem-se desse câncer", todos coletados em comentários online relacionados ao pleito municipal de 2024, quando a ex-vereadora buscou a reeleição. A seleção dos enunciados obedeceu ao critério de recorrência de ataques verbais de caráter misógino e político-partidário, considerando expressões que condensam representações de gênero e ideologia em contextos de disputa política.

Do ponto de vista teórico, a análise pauta-se no quadro de Adam (2011), que propõe a identificação de operações linguísticas e discursivas na constituição da representação discursiva: referenciação, predicação, modificação e localização. Essas categorias permitem compreender como os enunciados constroem imagens desqualificadoras da ex-vereadora, articulando dimensões de gênero e de ideologia política. Complementarmente, mobilizamos a noção de formação

CC BY

sociodiscursiva, entendida como conjunto de condições de possibilidade que delimitam o dizível em determinados contextos históricos, e de interdiscursividade, isto é, a circulação de enunciados que articulam discursos misóginos tradicionais, antipetistas e de higienização social. Além desses, mobilizamos a noção de interseccionalidade (cf. Creenshaw, 1989, 2002; Akotirene, 2019).

2.1. Procedimento analítico

O procedimento analítico adotado nesta pesquisa ocorreu em três etapas:

1) Coleta e organização do corpus: os enunciados foram extraídos de publicações e comentários em redes sociais e de registros audiovisuais de manifestações. Foram selecionados aqueles que condensam insultos misóginos e político-partidários, com alta circulação e impacto no debate público local;
2) Identificação das operações discursivas: cada enunciado foi decomposto segundo as quatro operações propostas por Adam (2011) – referenciação, predicação, modificação e localização. Essa etapa permitiu descrever os mecanismos linguísticos que constroem a imagem discursiva da ex-vereadora;
3) Interpretação interseccional: a análise foi ampliada pela perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019), permitindo compreender como gênero, ideologia partidária e contexto regional se entrecruzam nos insultos. Assim, ser mulher, petista e atuante em uma região marcada por forte conservadorismo emerge como combinação que intensifica a violência política sofrida.

3. Vagabunda petista! Representação discursiva e intersecção na violência política de gênero

Esta seção trata da análise dos enunciados que compõem o corpus desta pesquisa, os quais, ainda que à primeira vista possam parecer simples insultos lançados em contextos de disputa política, revelam, quando observados a partir das operações propostas por Adam (2011), um funcionamento discursivo mais complexo, em que a referenciação, a predicação, a modificação e a localização articulam-se à formação sociodiscursiva que autoriza tais dizeres, de modo que a análise desses elementos nos permite compreender não apenas como se constrói a imagem discursiva da ex-vereadora Graciele Marques dos Santos, mas também como gênero, ideologia partidária e contexto regional se cruzam na intensificação da violência política de gênero.

Os enunciados foram destacados de três postagens distintas em redes sociais. Destas postagens recuperamos 3 referências para o referente "vereadora Graciele Marques": 1) a referência "vagabunda petista", em que vagabunda é o termo referencial para o referente e petista é um modificador que nos dá pistas importantes, 2) imundície e 3) câncer.

As referências mencionadas em 2 e 3 são comentários a um post acerca das eleições municipais ocorridas no município de Sinop (MT) em 2024, em que a ex-vereadora pleiteava reeleição, mas, embora tenha obtido expressiva votação, não se elegeu em função do coeficiente. A primeira referência surgiu num embate bastante acalorado com manifestantes bolsonaristas que naquela

CC BY

ocasião fechavam a BR-163, no município de Sinop (MT), após a eleição do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 30 de outubro de 2022. Este episódio foi gravado em vídeo e postado no perfil da rede social Instagram da ex-vereadora, na época em que ainda estava no exercício de seu mandato. Os demais enunciados foram postados em comentários, conforme se vê nos prints de tela:

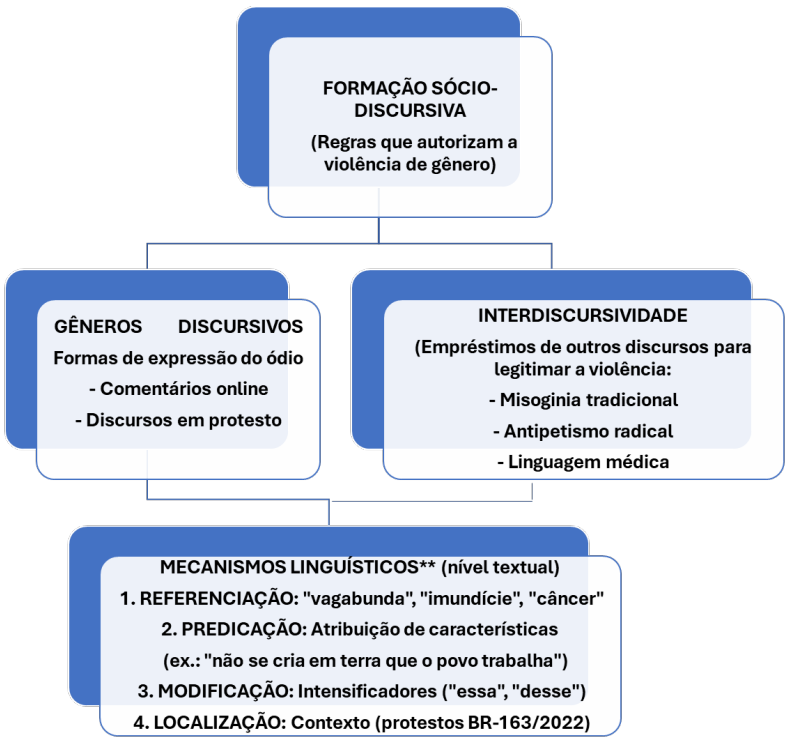
FIGURA 1 – Publicação e comentários nas redes sociais



Fonte: capturas de tela do corpus apresentado pelas autoras.

Antes de adentrar a análise dos enunciados, apresentamos a seguir a arquitetura teórico-metodológica que orienta este estudo, inspirada em Adam (2011), de modo a sistematizar os níveis de funcionamento discursivo mobilizados na violência política de gênero. O esquema abaixo sintetiza tal arquitetura, considerando-se os conceitos-chave de Adam (2011):

FIGURA 2 – Arquitetura teórico-metodológica do estudo "Vagabunda petista: violência política de gênero como efeito de formações sociodiscursivas"



Fonte: elaboração própria

Esse esquema nos permite, portanto, organizar a análise dos enunciados em diferentes níveis, conforme desenvolvido nas subseções 3.1, 3.2 e 3.3. A partir desse quadro, é possível observar que os enunciados não funcionam de maneira isolada, mas apenas porque se inscrevem em uma formação sociodiscursiva que lhes confere inteligibilidade. É nesse nível mais amplo que se estabelece, por exemplo, a associação histórica entre mulheres em espaços de poder e desvio moral, ou ainda entre

petismo e ameaça social, de modo que insultos como "vagabunda petista" não soam como aberrações individuais, mas como enunciados reconhecíveis em uma conjuntura específica. No nível intermediário, essa formação se concretiza em gêneros discursivos distintos, dos protestos de rua aos comentários em redes sociais, e se alimenta de interdiscursos que a reforçam, tais como o discurso médico que associa o adversário a um câncer, o discurso misógino que reduz a mulher pública a vagabunda e o discurso antipetista que a trata como inimiga da ordem. Finalmente, no nível inferior, temos as operações textuais que materializam essa violência: a referenciação que desumaniza, a predicação que atribui improdutividade, desvio ou conduta ética imprópria, a modificação que intensifica o insulto e a localização que ancora o ataque em um tempo e espaço precisos, conferindo-lhe legitimidade discursiva. Nas subseções seguintes, seguiremos com a análise detalhada de cada um destes três enunciados.

3.1. Análise do enunciado "vagabunda petista"

O primeiro enunciado, proferido em manifestação pública na BR-163, em outubro de 2022, condensa, em apenas duas palavras, um conjunto de operações discursivas que revelam a potência da violência simbólica em contextos de disputa política. No quadro abaixo sistematizamos a categorização deste referente:

TABELA 1 – Sistematização dos mecanismos linguísticos de representação discursiva no enunciado 1

Operação (Adam, 2011)	Descrição da ocorrência	Interpretação discursiva
Referenciação	"Vagabunda" nomeia a ex-vereadora por meio de termo pejorativo	Sexualiza e desqualifica a mulher, reduzindo-a a estereótipo moral
Modificação	"Petista" qualifica o referente com marcador político-ideológico	Associa a ofensa ao pertencimento partidário, intensificando o ataque
Predicação	Implícita: atribui desvio de conduta, preguiça, promiscuidade	Coloca a mulher em posição de ilegitimidade política e moral
Localização	Não há ocorrência	

Fonte: elaboração própria

Designando a ex-vereadora como "vagabunda", o enunciador aciona um termo de referenciação saturado por estereótipos de gênero que reduzem a mulher à suposta disponibilidade sexual e à falta de valor moral, apagando qualquer dimensão de sua atuação pública e transformando a figura política em corpo a ser controlado e ridicularizado, enquanto o modificador "petista", por sua vez, agrega a indexação ideológica, de modo que não se trata de qualquer mulher, mas de uma mulher identificada a um partido que, no imaginário antipetista, é associado à corrupção e à ameaça à ordem.

Reconstrói-se, assim, a predicação subjacente ("X é vagabunda petista"[4]), em que predicação e modificação funcionam articuladamente para instituir um duplo desvio — moral e político — que pretende justificar a violência verbal como mecanismo de exclusão, sem que, nesse gesto, se reconheça a atualização de uma memória discursiva consolidada no interior de uma formação

4. Esta fórmula pode ser compreendida desta forma: X aqui no nosso estudo é a vereadora Graciele Marques dos Santos, mas em outros contextos poderia ser qualquer outra mulher associada a este partido político.

CC BY

discursiva misógina e antipetista. É precisamente aqui que se evidencia a ilusão nº 2 descrita por Pêcheux (1969/1975): os sujeitos tomam-se como origem do que dizem, quando na verdade apenas reatualizam posições e sentidos pré-construídos que antecedem e excedem a enunciação, falando a partir — e não fora — da formação discursiva que os constitui. Na perspectiva da ATD, no plano da formação sociodiscursiva, esse enunciado só é possível porque se ancora em discursos anteriores, já sedimentados, que legitimam a associação entre mulheres públicas e a ideia de promiscuidade, e entre petistas e a figura do inimigo social. Essa interdiscursividade confere ao insulto a aparência de naturalidade, como se fosse evidente que uma mulher do PT só poderia ser "vagabunda". A análise interseccional torna ainda mais claro esse processo: a ex-vereadora não é atacada apenas por ser mulher ou apenas por ser petista, mas por ser mulher, petista e representante política em um contexto marcado pelo conservadorismo regional, o que potencializa o efeito de rejeição e faz com que a violência dirigida a ela seja, ao mesmo tempo, de gênero, de classe e de ideologia.

Se nesse primeiro enunciado prevalece a articulação entre gênero e ideologia, o segundo mobiliza outro recurso, o da localização, que igualmente funciona como operador de exclusão, conforme apresentamos no próximo subitem.

3.2. Análise do enunciado "Essa imundície não se cria em terra que o povo trabalha"

Neste tópico, demonstramos como o enunciado, aparentemente um simples xingamento, extrapola a esfera do que se poderia chamar de ofensa e apresenta contornos da virulência dos ataques virtuais. Além disso este enunciado mostra como o discurso de moralização do trabalho (trabalhador *versus* vagabundo) é mobilizado contra mulheres petistas: o vocabulário da sujeira ("imundície") ecoa formações discursivas ligadas à higienização social e naturaliza a exclusão.

O quadro abaixo sistematiza a categorização feita neste enunciado:

TABELA 2 – Sistematização dos mecanismos linguisticos de representação discursiva no enunciado 2

Operação	Descrição	Interpretação discursiva
Referenciação	"Imundície" nega a condição humana da ex-vereadora	Constrói imagem abjeta, de sujeira, descartável
Predicação	Exclui do grupo "povo trabalhador"	Estabelece oposição moral entre "trabalhadores" e "petistas"
Modificação	"Essa" intensifica o desprezo, marcando proximidade pejorativa	Reforça o efeito de rejeição total
Localização	"Em terra que o povo trabalha"	Retoma a discussão xenofóbica que opõe CO ao NE.

Fonte: elaboração própria

Neste enunciado, publicado em comentário online, observa-se um processo discursivo de desumanização e de exclusão radical. A ex-vereadora é referida como "imundície", expressão que retira dela a condição de sujeito e a transforma em resíduo a ser eliminado. A predicação se dá pela sentença "não se cria em terra que o povo trabalha", que constrói uma oposição moral entre, de um lado, aqueles que se identificam como trabalhadores, legítimos e produtivos, e, de outro, aqueles que são associados à sujeira, à vagabundagem e à improdutividade. O uso do demonstrativo "essa" atua como modificador que intensifica o desprezo e confere proximidade degradante ao referente, reforçando a repulsa.

CC BY

A localização é aqui decisiva: situando a enunciação "em terra que o povo trabalha", o comentário não apenas associa Sinop (MT) a uma identidade coletiva positiva, mas também, de forma implícita, contrapõe essa terra produtiva às regiões tradicionalmente identificadas como redutos eleitorais do Partido dos Trabalhadores, em especial o nordeste do país, frequentemente representadas, em discursos xenofóbicos, como espaços de preguiça, dependência e clientelismo político. Assim, o insulto dirigido à ex-vereadora inscreve-se em uma interdiscursividade que articula, ao mesmo tempo, misoginia, antipetismo e xenofobia regional, ressignificando em escala local um estigma nacional que associa o PT à "vagabundagem" e o nordestino ao não-trabalho. Dito de outra forma, o enunciado reatualiza um discurso que emerge em quase todas as eleições: a ideia de que o PT se sustenta no voto de "vagabundos nordestinos" beneficiários de programas sociais, contra o "povo trabalhador" das regiões mais ricas. Assim, o enunciado não só situa a ex-vereadora no espaço de Sinop (MT), mas também a insere num imaginário mais amplo que associa o petismo à preguiça, à dependência e à falta de dignidade moral.

Ainda sobre a predicação "não se cria em terra que o povo trabalha", entendemos que ela mobiliza um mecanismo discursivo de localização que ultrapassa a desqualificação individual, inscrevendo a ex-vereadora em um campo simbólico atravessado por gênero, classe e região, estabelecido pela oposição entre "trabalhadores" e "petistas", o enunciado sugere que o pertencimento partidário não apenas desqualifica moralmente, mas também expulsa do universo do trabalho legítimo, reservado a um "povo" implícito, homogêneo e conservador. Trata-se de uma

violência interseccional, pois, como argumenta Crenshaw (1989, 2002), a exclusão de mulheres não se dá por um único marcador, mas pela sobreposição de categorias. Nesse caso, a interdição política recai sobre uma mulher que, além de ocupar uma posição de gênero minoritária no campo político, é também identificada como representante de um partido associado às classes populares e aos redutos eleitorais do Norte e Nordeste, regiões estigmatizadas historicamente como territórios da "vagabundagem" e do atraso. Nessa perspectiva, Akotirene (2019) lembra que gênero, raça e classe não funcionam isoladamente, mas produzem, em conjunto, opressões específicas: ser mulher petista de origem popular, em um espaço hegemonicamente conservador como Sinop (MT), é ocupar simultaneamente múltiplas posições de vulnerabilidade. O enunciado, assim, não apenas nega à vereadora a condição de trabalhadora, mas projeta sobre ela uma carga simbólica que a torna figura ilegítima no espaço público, combinando misoginia, antipetismo e preconceito de classe.

Nesta referência à vereadora como "imundície", o enunciador constrói uma imagem abjeta da vereadora, configurando-se um caso típico de violência simbólica que busca naturalizar a exclusão de mulheres da política (cf. Bardall, 2020). Mas entendemos que vai além do fato de ser mulher: quando lido sob a perspectiva da interseccionalidade (cf. Creenshaw, 1989), esse enunciado mostra que a violência política não funciona num único eixo: ser mulher, petista e representante de um projeto político em território conservador torna a ex-vereadora um alvo privilegiado dessa gramática da exclusão, na qual gênero, ideologia e região se entrelaçam. Ao mesmo tempo, o insulto revela como discursos locais se alimentam de narrativas mais amplas de ódio político, reproduzindo

CC BY

estereótipos que circulam no debate nacional e se materializam em ataques direcionados a sujeitos específicos. Já no terceiro enunciado, a violência discursiva assume a forma de metáfora biológica, conferindo ao ataque um tom de ameaça social absoluta, como discutimos no subitem a seguir.

3.3. Análise do enunciado "Parabéns a todos os sinopenses (menos os petistas) por nos livrarem desse câncer"

O terceiro enunciado, publicado em redes sociais após a não-reeleição da ex-vereadora, recorre à metáfora patológica ao designá-la como "câncer". Neste enunciado referenciação e predicação compõem um *framework* metafórico e patológico que compara a ex-vereadora a uma doença muito grave: a referenciação é acionada por meio de uma metáfora biomédica que substitui o sujeito político por uma doença mortal, expansiva e ameaçadora, cuja única solução é a erradicação. A predicação se realiza pela atribuição da condição de "doença social", cujo afastamento significaria uma cura coletiva, enquanto o determinante "desse" intensifica o efeito de proximidade degradante, sugerindo que o mal estava presente na cidade e, por meio da eleição, foi finalmente expurgado. A localização temporal — o pós-eleição de 2024 — reforça esse sentido, pois a derrota eleitoral é narrada como uma vitória sanitária, uma forma de profilaxia política que devolve à cidade sua suposta saúde.

O quadro abaixo sistematiza a categorização feita neste enunciado:

TABELA 3 – Sistematização dos mecanismos linguisticos de representação discursiva do enunciado 3

Operação	Descrição	Interpretação discursiva
Referenciação	Vereadora nomeada como "câncer"	Redução a não-humano; imagem de ameaça biológica.
Predicação	Necessidade de extirpar implícita	Legitimação da eliminação como solução política.
Modificação	O adjetivo demonstrativo contraído com a preposição "desse" refere-se a algo próximo do interlocutor, mas, para além disso, modifica-o	Intensificação da percepção de perigo coletivo.
Localização	Referência indireta à cidade por meio da referência aos moradores.	Confere legitimidade ao ódio como "defesa social".

Fonte: elaboração própria

Quando alguém é comparado a um câncer, podemos compreender que há várias camadas de sentido se entrelaçando e revelando pistas de suas formações discursivas, pois a doença pode ser vista por inúmeros prismas. Em primeiro lugar, porque em muitos casos é incurável, invasiva e com altas taxas de letalidade. Assim, o câncer é visto como uma enfermidade que cresce silenciosamente, infiltra-se em órgãos saudáveis e, se não for contido, destrói o corpo inteiro. Ao chamar uma pessoa de "câncer", o enunciador a apresenta como uma ameaça que corrói a coletividade por dentro. Além disso, a metáfora aciona a ideia de um corpo social como um organismo, na medida em que parte da concepção do corpo político como um corpo orgânico (ideia que vem desde a Antiguidade: *corpus politicum*). Nesse imaginário, um sujeito ou grupo pode ser tratado como "tecido doente" que precisa ser removido para preservar a saúde da comunidade. E, assim como o tumor maligno

CC BY

necessita de extirpação, ao contrário de doenças passageiras, o câncer é entendido como algo com que não se pode apenas conviver: é preciso cortar, eliminar, exterminar. Estende-se esse sentido à vereadora: sua exterminação é necessária para a sobrevivência da ala conservadora na região. Logo, a metáfora naturaliza a exclusão radical: não basta criticar ou discordar do outro, é preciso extirpá-lo, como um tumor. A necessidade de exclusão radical daquilo que nos assusta é o resultado do estigma e medo que cerca a doença (e, por extensão, os objetos referenciados desta forma): culturalmente, o câncer é cercado de tabus, medo e silêncio, afinal carrega uma carga semântica de horror, de algo que é ao mesmo tempo impuro e perigoso, de modo que transferir isso a uma pessoa significa associá-la a algo que deve ser rejeitado com repulsa e urgência.

Assim, quando um adversário político é chamado de "câncer", o que se pretende dizer é que essa pessoa não é apenas diferente, mas destrutiva e/ou disruptiva, com a qual não cabe, portanto, nenhuma negociação ou convivência tolerante, mas sim a remoção violenta e radical, pois sua presença ameaça a saúde de todos, e sua exclusão é, então, comemorada como cura (tal como no post). Nesse gesto, o enunciador crê estar produzindo uma formulação original, quando apenas reinscreve um repertório de sentidos já cristalizado em formações discursivas que associam o corpo político feminino e de esquerda a uma ameaça social a ser eliminada. Trata-se da ilusão nº 2, conforme descreve Pêcheux (1995), segundo a qual o sujeito se percebe como origem do dizer, ignorando que fala a partir de memórias discursivas que o antecedem.

Desta forma, entendemos que, no caso da ex-vereadora, o insulto não só a desumaniza, mas também justifica discursivamente sua eliminação do espaço político, como se isso fosse um ato de

autopreservação da coletividade. A interdiscursividade aqui é múltipla, pois o discurso médico legitima: i) a exclusão ao apresentar o outro como corpo doente, que precisa ser extirpado em benefício do corpo social; ii) o discurso antipetista, que constrói os militantes do PT como inimigos a serem eliminados, reforça a ideia de que não há convivência possível; e iii) o discurso misógino, que atravessa a percepção das mulheres como corpos frágeis, perigosos ou descontrolados, acrescenta à metáfora biomédica a marca de gênero. Na perspectiva da formação sociodiscursiva, o enunciado ganha força por circular em meio a uma conjuntura histórica que legitima discursos de ódio contra a esquerda e contra mulheres políticas, tornando a metáfora do câncer inteligível e socialmente aceitável.

Sob a lente da interseccionalidade, o insulto revela ainda mais camadas: ser mulher, ser petista e ser representante de um partido de esquerda em um município conservador transforma a ex-vereadora em alvo privilegiado dessa retórica de higienização social. O efeito simbólico é duplo: de um lado, a vereadora é expulsa da cena política local como corpo indesejado; de outro, o eleitorado é exaltado como agente da "cura", reforçando a ideia de que a política é espaço a ser purificado e que a exclusão de certos corpos é condição para a saúde da coletividade. Por fim, entendemos que tais metáforas coletivas são justamente os mecanismos pelos quais a violência é naturalizada como defesa da sociedade (cf. Krook, 2020). No entanto, também ponderamos que esse entrelaçamento de discursos, ao mesmo tempo que ecoa práticas globais de exclusão (Krook, 2020; Bardall, 2020), também se ancora em estruturas institucionais, como aponta Sacchet (2020), ao demonstrar que os partidos perpetuam desigualdades de gênero na competição eleitoral.

CC BY

Considerações finais

Ao longo deste artigo, partiu-se da questão orientadora sobre como se configuram discursivamente as manifestações de violência política de gênero dirigidas contra a ex-vereadora Graciele Marques dos Santos (PT), tendo como objetivo central compreender de que maneira tais enunciados, que a reduzem a "vagabunda petista", "imundície" ou "câncer", inscrevem-se em formações sociodiscursivas mais amplas e se concretizam em práticas discursivas legitimadas por determinados grupos sociais. Para responder a essa questão, adotou-se a perspectiva da Análise Textual dos Discursos, articulada aos conceitos de formação sociodiscursiva, interdiscursividade e representação discursiva, de modo a evidenciar como o funcionamento da linguagem, longe de ser neutro, participa ativamente da produção e da manutenção de uma ordem política excludente.

Esta articulação não prescinde do diálogo com a tradição foucaultiana, no que concerne às condições históricas que delimitam o campo do dizível, nem com a formulação pecheuxtiana da formação discursiva, especialmente no que se refere à crítica das ilusões do sujeito e à inscrição ideológica dos enunciados, elementos que permitem compreender que os sentidos identificados na análise não decorrem de iniciativas individuais, mas se inscrevem em formações discursivas historicamente determinadas.

Em nossa análise pontuamos que a violência política de gênero não pode ser entendida apenas como um desvio comportamental ou manifestação isolada de hostilidade, mas como prática discursiva sistêmica, sustentada por formações sociodiscursivas que naturalizam a exclusão das mulheres dos espaços de poder. A delimitação dos autorizados a falar (homens brancos, cis, heteros,

conservadores que se posicionam como guardiões da ordem), o que pode ser dito (ataques que articulam gênero e ideologia) e onde pode ser dito (redes sociais e protestos de rua) demonstram que essas formações não apenas refletem, mas constituem os enunciados, convertendo a agressão em ato político legítimo no interior de determinados grupos sociais. Nesse processo, a linguagem mostrou-se uma tecnologia de exclusão, cujos mecanismos, referenciação, predicação, modificação e localização, foram mobilizados para desqualificar a adversária: termos como "imundície" e "câncer" funcionam como dispositivos de desumanização; predicações que associam a ex-vereadora à improdutividade reiteram estigmas sociais; modificadores como "essa vagabunda" intensificam a carga de ódio; e a localização espaço-temporal ancora a violência em contextos específicos, conferindo-lhe legitimidade.

No entanto, percebemos também que essa gramática da violência, longe de se restringir a Sinop (MT), se reproduz continuamente em ataques dirigidos a outras mulheres da política nacional, como as deputadas Gleisi Hoffmann e Erika Hilton, o que evidencia tratar-se de um repertório organizado e reiterado de desqualificação discursiva. A interdiscursividade desempenha aqui um papel decisivo, pois articula distintos repertórios, tais como o discurso misógino, que historicamente restringe a presença das mulheres no espaço público; o antipetismo radical, que demoniza a esquerda e associa seus representantes à corrupção e ao caos; e o discurso médico, que recorre a metáforas de higienização como "extirpar o câncer". Essa confluência produz efeitos de verdade que apresentam a violência não como crime, mas como defesa social, atualizando no presente estratégias históricas de exclusão que já foram mobilizadas contra mulheres, comunistas e outras minorias políticas.

CC BY

As implicações políticas dessa constatação são claras: se a violência é discursivamente constituída, seu enfrentamento exige mais do que a responsabilização jurídica de indivíduos. Por esta razão consideramos necessário desestabilizar as formações sociodiscursivas que legitimam a exclusão, o que implica tanto combater a naturalização de repertórios violentos quanto fomentar contra gêneros discursivos capazes de disputar os mesmos espaços de circulação. Isso significa, por exemplo, investir em campanhas que desconstruam metáforas de caráter biológico ou moralizante, criar narrativas alternativas em redes sociais de ampla difusão e, sobretudo, ampliar a legislação vigente, como a Lei 14.192/21, de modo a incluir a violência digital como modalidade específica e exigir das plataformas digitais não apenas a exclusão pontual de conteúdos, mas a identificação de padrões discursivos que configuram violência política de gênero.

Por fim, reiteramos a ideia de que a cada vez que "vagabunda petista" é gritado em um protesto ou digitado em uma rede social, o que se perpetua não é um insulto ocasional, mas a atualização de uma ordem simbólica que insiste em expulsar as mulheres dos espaços de poder, de forma que romper com essa lógica é, ao mesmo tempo, disputar a linguagem e disputar o futuro da política brasileira.

Referências

Adam, J.-M. (2011). *A linguística textual: Introdução à análise textual dos discursos*. Cortez.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Bardall, G. (2020). Symbolic violence as a form of violence against women in politics. *Journal of Feminist Scholarship, 11*(1), 1–19.

Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.), *Racismos contemporâneos* (pp. 49–58). Takano Editora.

Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de análise do discurso*. Contexto.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum, 1989*(1), 139–167.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas, 10*(1), 171–188. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011

Emediato, W. (2022). *Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática* (1ª ed.). Pontes.

Krook, M. L. (2020). *Violence against women in politics*. Oxford University Press.

Maingueneau, D. (2015). *Gênese dos discursos*. Parábola.

Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (3ª ed.). Editora da Unicamp.

Sacchet, T. (2020). A culpa dos partidos: A sub-representação das mulheres e as barreiras partidárias às candidaturas femininas. *Revista Brasileira de Ciência Política, 33*, 1–39. https://doi.org/10.1590/0103-335220203301